

# Parlamentar corre risco de trabalhar sem receber

22 OUT 1988 Congresso JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — Os parlamentares não receberão seus salários este mês e correm o risco de não terem pagamento até o fim do ano. O projeto de decreto-legislativo, fixando o salário dos congressistas em Cz\$ 2.400.000, não entrou na pauta de votação da sessão conjunta realizada ontem porque não houve quorum para deliberação. “Para que não se diga que convocamos esforço concentrado para votar nossa remuneração, retiramos o projeto e acredito que a matéria não mais será votada este ano porque não teremos quorum”, argumentou o deputado Inocêncio Oliveira, em nome da liderança do PFL.

Sem o quorum mínimo de 244 deputados e 36 senadores — ontem a lista de presença acusava 227 parlamentares na Câmara e 34 no Senado — não há votação. Na falta de um decreto-legislativo definindo o valor do salário dos congressistas, como determina a nova Constituição, não haverá pagamento. Quem garante a impossibilidade de preparar a folha de salário sem esta definição é o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino. O decreto-legislativo acertado pelas lideranças partidárias mas que não foi votado ontem mantém para deputados e senadores o salário dos constituintes, apesar da perda causada pelo desconto do Imposto de Renda, que os parlamentares não pagavam até a promulgação da nova Carta.

**Aumento** — “O que houve na verdade foi uma rebelião dos deputados, que querem um aumento de salário para compensar o

desconto do Imposto de Renda”, acusa o deputado José Genoíno (PT-SP). O deputado petista garante que as bases se rebelaram contra as lideranças que acertaram manter o salário dos constituintes. Ele conta que na verdade os parlamentares eleitos em 1986 já tiveram um aumento real de salário em relação à legislatura passada, quando a Mesa Diretora da Assembleia fixou a remuneração dos constituintes, considerando uma maior permanência dos políticos em Brasília.

“Não precisa apresentar projeto algum, basta descontar o Imposto de Renda do que recebíamos antes. Salário é intocável e irredutível”, protestou o deputado Gérson Peres (PDS-PA) do microfone de apartes, em plena sessão. A seu ver, os deputados foram “incompetentes ou covardes” por não terem definido logo, na Constituição, o valor de seus salários. “Se eu recebia antes, durante todo o tempo, um salário real de Cz\$ 2 milhões, tenho um orçamento doméstico dentro desse padrão e não dá para, de repente, viver com menos”, argumentou. A liderança do PFL acabou ganhando o apoio da liderança do PMDB na retirada do projeto da pauta. O líder em exercício, Genebaldo Correia (BA), argumentou a conveniência de se adiar a discussão desta matéria polêmica em nome de outras proposições importantes que estavam na pauta. E citou a necessidade de se discutir a medida provisória, criada pela nova Carta para substituir o decreto-lei.